



Existem diversas tipologias de agricultores, de acordo com a forma que lidam com a terra, a unidade produtiva. No próprio semiárido, por exemplo, existem diferentes microclimas. Esses fatores são importantes para a criação de políticas públicas mais precisas a cada realidade. As agriculturas familiares são caracterizadas, fundamentalmente, pela produção agropecuária em pequenas propriedades, com até quatro módulos fiscais. A mão de obra empregada em tais propriedades deve ser preponderantemente dos familiares e a gestão da propriedade deve ser exclusivamente familiar. A agricultura familiar é de suma importância para a segurança alimentar e nutricional da população brasileira. No Brasil, a agricultura familiar representa 22,9% do valor total da produção nacional. Na Bahia, a agricultura familiar representa 24,6% do valor total da produção agropecuária do estado.

#### Dados da agricultura familiar na Bahia

- Área de 564.733 km<sup>2</sup>
- População de mais de 14 milhões de pessoas – 28% da população são rurais
- Dos estabelecimentos rurais, 77,79% são de gestão familiar; sendo que 90% destes são de agricultores de menor renda

A participação da agricultura no PIB brasileiro oscila entre 3% e 5%. No agronegócio, esse número chega a mais de 20%. Os empresários do agronegócio divulgam esses valores, gerando grandes expectativas. Segundo Vitor de Athayde, não é mostrado o que compõe esses valores, como informática, telecomunicações, indústria química e farmacêutica, indústria automobilística, serviços de assistência, entre outros setores. Ou seja, é um complexo agroindustrial.

Assim, agricultura e agronegócio são completamente diferentes. Entretanto, dentro das tipologias das diversas agriculturas familiares existe um tipo “integrado”. Esse integrado está dentro do agronegócio. Os agricultores familiares dão uma grande contribuição para o abastecimento alimentar dos brasileiros e para a exportação. E as marcas estão diante desse processo de integração. A relação contratual é entre o produtor familiar e as marcas. Assim, não se pode esquecer o papel delas dentro do agronegócio.

Outra forma de integração é o agricultor familiar que, mediante contrato, fabrica uma boa parte da ração para atender o agronegócio. Assim, esse insumo não precisa ser importado, reduzindo os custos da produção do agronegócio. Desta forma, os produtos do agronegócio conseguem assumir uma grande fatia do mercado internacional, tanto pela sua qualidade quanto pelo baixo custo de produção (ex.: produção de frango para exportação – os frangos são alimentados com a ração/o milho produzido pelos pequenos agricultores).

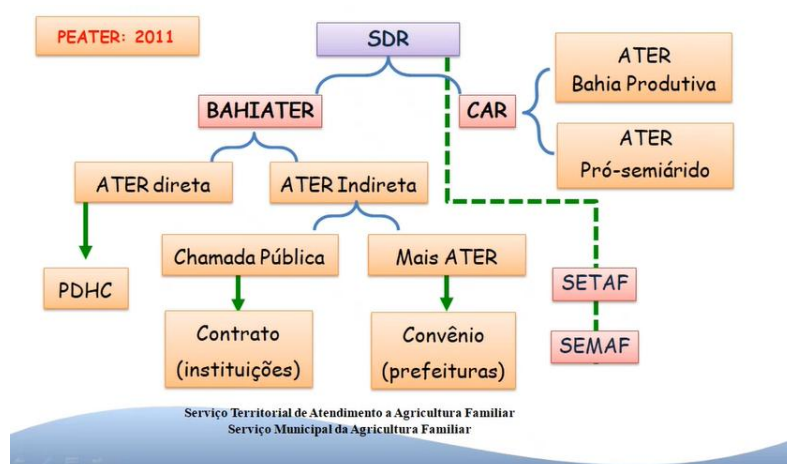
Além disso, há os agricultores familiares na coletividade. O Estado da Bahia é um dos estados que apresenta maior diversidade de coletividades, ou seja, da organização coletiva das agriculturas familiares. Isso decorre devido à sua heterogeneidade étnica, cultural e geográfica.

## **2 POLÍTICAS PÚBLICAS ATUAIS**

A partir das Rodadas de Discussão foi possível destacar os principais programas de governo propostos objetivando a inserção produtiva, sustentável e cidadã da agricultura familiar na economia baiana. Estas políticas públicas visam à promoção, ao estímulo e à estruturação das atividades econômicas desenvolvidas por agricultores familiares, suas organizações e demais segmentos, de forma sustentável e alinhada com o desenvolvimento da Bahia.

As estratégias começam a ser definidas com mais ênfase após 2002-2003. Com o surgimento de políticas públicas para enfrentamento de diferentes áreas ou grupos de problemas. Primeiro com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2003, o INCRA e, aqui na Bahia, com destinação orçamentária de forma crescente até hoje.

Figura 2 - O papel do Estado na extensão rural baiana



Fonte: Edna Maria da Silva.

Nota: material em Power Point apresentado nas Rodadas de Discussão.

Programas atuais do Governo da Bahia: Bahia Produtiva; Pró-semiárido; MaisAter; Bahia Mais Forte; Garantia Safra; Biofábrica da Bahia; PROMER; Viva a Feira; SIM; Água Para Todos; e Produto da Agricultura Familiar. A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), criada no final da década de 1940, tem gerado diversas chamadas públicas; atualmente atende 101 mil famílias. O Governo da Bahia está arcando sozinho o orçamento da ATER, não há mais essa verba advinda do governo federal.

O Edital Alianças Produtivas trabalha na articulação entre diferentes grupos produtivos (associações e cooperativas) e a iniciativa privada; com compromisso de compra com tais grupos, que recebem recursos para modernizar o processo produtivo. A redução da fome é um dos focos da distribuição desses recursos.

Existe o esforço de aproximar as associações de agricultura familiar com as instituições de ensino, pesquisa e extensão. Além da formação contínua dos conselheiros municipais e os colegiados territoriais que facilita a mobilização de políticas públicas. Vale ressaltar a relevância do Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar (SETAF). Tendo como finalidade a oferta de assistência técnica e extensão rural, além de articular diversas políticas públicas para fortalecer a agricultura familiar e promover a inclusão produtiva dos agricultores familiares da Bahia, os SETAFs são considerados como “braços” da SDR no território.

### 3 QUESTÕES CRÍTICAS/POTENCIALIDADES

Com base nas Rodadas de Discussão apresentados na primeira fase do projeto, foram levantados os principais desafios a serem enfrentados, além das potencialidades, para fortalecer a organização da pequena e média produção agrícola.

Os professores Alynson Rocha, Edna Silva e Vitor de Athayde ressaltaram a importância de tratar a agricultura familiar no plural, agriculturas familiares. A Bahia tem dois elementos importantes: a quantidade significativa de agricultores familiares em relação a outros estados e a diversidade desses agricultores. Essa realidade da Bahia a torna mais complexa, tornando desafiadora a aplicação de políticas públicas.

É necessário levar em conta as diversidades (diferenças) ao elaborar tais políticas, principalmente políticas de financiamento. O exemplo disso é a estatística que mostra a importância do trabalho feminino na agricultura familiar e a presença das mulheres na categoria mais precária deste setor. Existe um vácuo na Assistência, na Técnica e Extensão Rural (ATER) a este público. Muitos desses municípios não possuem indústrias, infraestruturas, possuem estradas vicinais que dificultam o escoamento da produção (distância ou condições físicas). É preciso também solucionar tais gargalos logísticos, de comercialização e de infraestrutura produtiva (currais, apriscos, armazéns, galpões, cercas etc.) dos agricultores familiares.

Quase 1/3 da população baiana está na área rural; entretanto, a população rural está envelhecendo (60 a 70% acima de 50 anos). Pensar na agricultura familiar tem que ter em consideração esse envelhecimento. Além das questões de gênero, de geração (valorização do trabalho da família como forma de manter os jovens no campo). O Estado precisa pensar nas escolas-famílias, escolas-técnicas, que tragam conhecimento para além do tecnicismo, uma visão que valorize o trabalho no campo. Devido ao risco de maior envelhecimento do rural. Inclusive, vale ressaltar, que os agricultores familiares podem desenvolver atividades agrícolas e não agrícolas (serviços domésticos, prestação de serviços, comércio, turismo). Esse aspecto tem que ser pensado na construção de políticas. Existem dinâmicas que ultrapassam somente o plantar e colher. A aposentadoria é um importante aporte de renda, como também outros programas de transferência governamental. Muitos desenvolvendo a pluriatividade.

O expositor citou preocupação com a agroindustrialização porque pode gerar uma “camisa de força” para o pequeno agricultor. Ele fica muito dependente dos segmentos a montante (máquinas, insumos, equipamentos) e a jusante (mercado, instituições etc.). O pequeno agricultor fica a mercê desses grandes interesses. Alguns avanços ocorreram nos últimos anos no âmbito das agriculturas familiares: legislação, metodologia, SETAF, participação popular. Mas também se notaram algumas fragilidades: dependência da conjuntura política (instabilidade política) e do orçamento, limite de número de famílias atendidas e prazos.

Percebe-se que os programas e recursos destinados à compra de sementes atrasavam e os agricultores perdiam o tempo do plantio. Valorização dos circuitos curtos de comercialização, por meio das feiras agroecológicas. Alimentos realmente saudáveis e de baixos impactos ambientais e emissão de carbono. Ressalta-se que existe um desafio de que esses alimentos mais saudáveis não sejam direcionados apenas às camadas de maior renda. “Alimentos saudáveis e de preço justo”, para o conjunto de trabalhadores. Reforçando a necessidade da construção de mais parcerias entre o urbano e o rural.

Alguns pontos importantes para a modernização da gestão para entender a complexidade do sistema e resolver os nós críticos.

- As ações setorializadas emperram o avanço mais rápido do desenvolvimento rural, pois não estão integradas dentro do território. Falta coordenação de centro do poder.
- O território não está se transformando em ferramenta de gestão. Não temos avaliação de políticas públicas na Bahia. Não há *feedback*. Há uma ausência de coordenação e uma baixa institucionalidade.
- Como investir na institucionalidade (articulação entre instituições)? Elas precisam compreender a importância de cada uma dentro do processo de desenvolvimento e a permanente necessidade de articulação; ação territorial de cooperação, de visão estratégica.
- Baixo nível de aporte técnico e intelectual nas prefeituras, além das instituições e repartições territorializadas.
- Gerenciamento da gestão desses processos de investimentos dessas políticas públicas.

O loteamento das secretarias e suas respectivas políticas públicas tem relação com a elite política e seus representados (sindicatos, empresas, associações de empresas, confederações, federações, etc.). Esse cenário dificulta a integração por criar uma oposição entre “o bem e o mal”. Só que “o bem e o mal” existe dos dois lados.

#### **4 APONTAMENTOS**

Destacaram-se os seguintes apontamentos, de acordo com a contribuição dos especialistas participantes das Rodadas de Discussão, em prol do desenvolvimento da pequena e média produção agrícola na Bahia:

- Observar a dinâmica do grau de dependência do agricultor em relação ao mercado. Essa análise econômica mostra como surgem as rendas do agricultor.
- A questão agrária. O conflito de terras atinge diretamente os pequenos agricultores.
- Os povos tradicionais também devem ser estudados, suas agriculturas e estratégias.
- Ensinar questão ambiental aos agricultores – assistência técnica.
- Atentar-se à insegurança alimentar nas áreas rurais.
- Representação dos agricultores, articulações. “Quanto mais articulados a tendência é que as coisas funcionem melhor”.
- O funcionamento do esquema de produção, estoque e logística para esses agricultores.
- Ressalta-se a importância do conhecimento das políticas, da continuidade das ações (dá mais segurança) e da articulação entre agentes e instituições.
- Que tipo de assistência técnica (assessoria) está sendo ofertada aos agricultores? É importante ter uma educação não formal para a agricultura familiar.
- As políticas precisam ter uma ação unificada, entender a diversidade. Igualdade dentro da diversidade. As ações estão muito pulverizadas. Precisam de flexibilidade para reconhecer as diferenças regionais.
- É necessária a interdisciplinaridade dentro do Estado. Se as políticas continuarão sendo ofertadas via editais que não sejam produzidas por uma única secretaria. A articulação entre estado e município precisa melhorar, porque as coisas ocorrem no

município. As ações pulverizadas e generalizadas não são as melhores formas de resolver os problemas.

- A sobreposição das instituições às vezes confunde o agricultor. É necessário articular as ações entre as instituições e agentes.
- Isonomia sem perder a diversidade. A própria SDR já está acumulando alguma experiência nessa área. O corpo técnico precisa estar pronto, com especialista, para lidar com diversos povos. Não podemos focar só na questão econômica, tem-se que ter uma responsabilidade com a sustentabilidade ambiental. É possível pensar as políticas em linhas gerais, mas sem necessariamente desconsiderar as diversidades.
- As experiências do SETAF precisam ser mais analisadas, porque aí podem estar as saídas. O fortalecimento dos SETAFs pode melhorar as articulações.
- Reuniões de gestão e planejamento precisam ter quem elabora e quem executa as políticas.
- Estudos do calendário agrícola podem ajudar nos problemas de atraso na entrega das sementes, fator que impossibilita o plantio.
- A importância de não homogeneizar os agricultores familiares, pois a homogeneização dificulta o aprimoramento das políticas públicas direcionadas a estes grupos. Necessidade de políticas públicas com direcionamentos diversos, como a questão previdenciária, ou seja, precisa haver tipologias que entendam as novas ruralidades para assim aprimorar as políticas.
- Formação e elevação da escolaridade no campo. Contudo, pensada de uma maneira articulada pelos agentes que lidam com a temática. A criação de um programa de formação de agentes de Ater na Bahia.
- Um estudo muito mais profundo da questão da escolaridade nos territórios, para depois articular de forma “cirúrgica” e personalizada.
  - Os cursos precisam estar dentro da realidade do agricultor, respeitando as metodologias adequadas para este público.
  - Obtenção de dados sobre a produtividade, estamos trabalhando os principais nós críticos que vem definindo as baixas produtividades. Novos insumos + assistência técnica + novas práticas = aumento da produtividade.
  - O aumento da produtividade no campo gera um aumento de receita no município. Ou seja, se a prefeitura investir junto com o Estado na agricultura



familiar, pode-se substituir o sonho da indústria por uma agricultura mais preparada.

- É necessário um lugar para organizar as informações do Estado (base de dados de fácil utilização) e subsidiar as decisões.
- A agricultura familiar precisa ser remunerada pelos serviços ambientais que ela proporciona.
- Participação social: formação permanente.
- Ressaltou-se a importância de abordar sobre as atividades não agrícolas dentro das agriculturas familiares. O PRONAF diversificou os projetos de intervenção na realidade, trazendo financiamento, incentivos e animações para que se desenvolvessem atividades não agrícolas de forma mais eficiente e mais competitiva.
- Todas essas políticas, de contratos ou convênios, devem se basear na Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PEATER-2011) para que enxerguem o sistema de produção como um todo.
  - Necessidade de técnicos com formações mais holísticas, mais sistêmicas.
  - Importância de discutir as universidades suas matrizes curriculares essas temáticas na formação do profissional, reduzindo a distância entre o Estado e a agricultura familiar.
  - Ampliar a articulação no geral entre as esferas do planejamento das políticas públicas e de execuções das ações junto aos agricultores familiares. Prioriza-se a continuidade e manutenção das ações.